



Jonas Pereira/Agência Senado

Sarney, Dilma Rousseff e Barbosa durante cerimônia de posse no Supremo Tribunal Federal

## É preciso reconhecer o grande déficit de justiça no país, diz Joaquim Barbosa

Na cerimônia de posse, ontem, o novo presidente do STF afirmou que brasileiros ainda são tratados

de maneira desigual e que trabalhará por um Judiciário célere, efetivo e justo. **2**

## Avança iniciativa que cria a Política Nacional de Irrigação, para estimular agricultura **6**



Márcio Kallume/Agência Senado

Em debate na Comissão de Agricultura, indústria do etanol diz que governo privilegia gasolina

## Usinas de álcool e produtores de cana cobram política permanente para o etanol **7**

**Banco Central: país deve crescer 4% neste semestre e em 2013 **8****

**Comissão aprova voto de aplauso à trégua na Faixa de Gaza **8****

# Leitura do relatório da CPI é adiada para quarta

Odair Cunha pede mais tempo para dialogar com os outros integrantes da comissão e diz que "sempre é possível fazer aperfeiçoamentos", mas que "não jogará fora" o que escreveu

**A**lguns parlamentares defenderam mais uma prorrogação dos trabalhos para permitir nova convocação de Carlinhos Cachoeira, posto em liberdade depois de nove meses de prisão preventiva. Entre as críticas feitas ao relatório, está a responsabilização de Marconi

Perillo (PSDB), governador de Goiás, apesar de Agnelo Queiroz (PT), do Distrito Federal, ter sido poupado. Outras divergências dizem respeito ao pedido de investigação sobre o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e ao pedido de indiciamento de cinco jornalistas. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Senador Vital do Rêgo e deputado Odair Cunha em reunião ontem da CPI do Cachoeira

## Projeto garante prioridade a idoso, grávida e deficiente em avião **4**

O que devo fazer para participar dos trabalhos legislativos?

### Fique sabendo

- 1 Ligue gratuitamente para o **Alô Senado: 0800 612211**
- 2 Faça perguntas, reclamações, críticas e sugira leis

### Alô Senado é Senado Transparente

A Central de Relacionamento com o Cidadão tem a finalidade de oferecer um canal de comunicação gratuito entre a população e os senadores.

O atendimento telefônico é realizado de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h. O serviço está disponível também pelo site [www.senado.leg.br/alosenado](http://www.senado.leg.br/alosenado).





Jonas Pereira/Agência Senado

Ao lado da presidente Dilma, Sarney participa da posse de Joaquim Barbosa, primeiro negro a assumir a presidência do STF

## Barbosa diz que Justiça trata cidadãos de forma desigual

Ao tomar posse ontem, novo presidente do STF também afirmou que o juiz distante e alheio aos anseios da sociedade pertence ao passado

OS BRASILEIROS AINDA são tratados de maneira desigual quando recorrem à Justiça. A afirmação foi feita ontem pelo novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, na cerimônia de posse.

Barbosa disse que o tratamento dado à maioria dos cidadãos não é o mesmo recebido por um grupo pequeno e privilegiado. Ele enfatizou que é preciso reconhecer o grande déficit de justiça no país.

— O Judiciário a que aspiramos ter é um Judiciário

sem firulas, sem floreios, sem rapapés. O que buscamos é um Judiciário célere, efetivo e justo — afirmou.

O presidente do STF também ressaltou que o juiz distante e alheio aos anseios da sociedade pertence ao passado, embora seja preciso resguardar a independência dos magistrados.

Ao falar em nome do tribunal, o ministro Luiz Fux disse que o colega é “paradigma de cultura, independência, coragem e honradez”. Já o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, declarou que o Ministério Público e o Conselho Nacional do Ministério Público depositam plena confiança em Barbosa.

O presidente da OAB, Ophir Cavalcante, destacou o

trabalho do novo presidente como relator da Ação Penal 470, que trata do mensalão.

— [O julgamento] fixou, em cada cidadã, em cada cidadão, independente da decisão final, a real compreensão de que ninguém está acima da lei.

Da cerimônia participaram cerca de 1.500 convidados. Entre eles, a presidente Dilma Rousseff e os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia.

Barbosa, 58 anos, foi indicado ao STF em 2003 pelo então presidente Lula. Natural de Paracatu (MG), é o primeiro negro a presidir o Supremo. Ele ficará à frente do tribunal por dois anos, até 2014, quando deverá ser sucedido pelo novo vice-presidente, Ricardo Lewandowski.

## Zavascki convida Sarney para posse no STF

O presidente do Senado, José Sarney, foi convidado ontem para a posse do novo ministro do STF, Teori Zavascki, marcada para quinta-feira, às 16h. Zavascki veio ao Congresso para entregar o convite a Sarney e ao presidente da Câmara, Marco Maia.

Indicado em 10 de setembro pela presidente Dilma Rousseff para a vaga

decorrente da aposentadoria de Cezar Peluso, Zavascki teve o nome aprovado pelo Plenário do Senado em 30 de outubro. Antes, o novo ministro do STF passou por sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O rito será repetido quando Dilma Rousseff indicar um substituto para o ex-presidente do Supremo Carlos Ayres

Britto, que deixou a Corte neste mês após completar 70 anos.

Natural de Faxinal dos Guedes, em Santa Catarina, Teori Albino Zavascki atuou como advogado do Banco Central e desembargador federal. Foi indicado para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) em dezembro de 2002 e teve o nome ratificado pelo Senado em 13 de março de 2003.

## Zymler: questão dos senadores cabe à Receita

O pagamento de Imposto de Renda sobre ajudas de custo recebidas por senadores entre 2007 e 2011 deve ser resolvido na Receita Federal. A avaliação é do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler, que ontem visitou o presidente do Senado, José Sarney.

— Há uma divisão de espaços de competência e a discussão se dará no plano, imagino, originário da Receita Federal. Óbvio que qualquer destinação de recursos públicos para pagamento de despesas interessa ao tribunal. Estamos acompanhando — disse o presidente do TCU, órgão auxiliar



Jane de Araújo/Agência Senado

Sarney (D) recebe a visita de Zymler (C), presidente do TCU, e de Nardes (E), vice

do Congresso no controle da administração pública.

Segundo Zymler, há jurisprudência sobre situações semelhantes. Na terça-feira, o Senado aprovou o PRS 67/12, que ratifica o entendimento sobre a natureza não tributável

das ajudas de custo pagas pela Casa aos senadores no início e no final do mandato.

Zymler veio ao Senado convidar Sarney para a posse do novo presidente do TCU, ministro Augusto Nardes, marcada para dezembro.

## Exposição apresenta os 27 jovens senadores de 2012

A exposição *Jovem Senador 2012* foi inaugurada na quarta-feira, com fotos, biografias, expectativas de cada participante para o futuro e trechos das redações dos 27 vencedores do concurso de redação realizado pela Casa.

O tema da redação foi “Meu município, meu Brasil”. Como parte da premiação, os jovens passaram os últimos três dias em Brasília, exercendo um mandato simulado.

Na abertura da exposição, Paulo Davim (PV-RN), presidente da comissão do Projeto Jovem Senador, declamou o *Soneto de Juventude*, do poeta baiano Dairi José Antonio Duarte, e disse que “o importante é a essência, uma vez que a juventude é circunstancial”.

— Vocês, jovens, serão os vetores de transformação social, pelo que vocês são capazes de fazer. Eu tenho absoluta certeza de que a passagem dos jovens senadores pelo Senado foi uma centelha suficiente para acender a chama votiva de esperança que vai transformar cada um num observador atento das cenas do cotidiano —

afirmou, dirigindo-se aos 27 participantes do programa.

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou as redações e distribuiu exemplares da obra *Uma História Feliz — a renda básica da cidadania*, de Ziraldo. O senador se colocou à disposição dos jovens para dar mais explicações sobre o tema e sobre o trabalho dos parlamentares.

Os jovens receberam ainda as boas-vindas e os elogios da secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, da diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, e do diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita.

A exposição, montada no Senado Galeria, no corredor que liga o Palácio do Congresso ao Anexo 1 do Senado, poderá ser vista até o dia 21 de dezembro. A mostra também convida os jovens para participar do concurso de redação de 2013, que já tem um tema: “Buscar voz para ter vez: cidadania, democracia e participação”. As informações sobre o Projeto Jovem Senador estão disponíveis no site [www.senado.leg.br/jovemseador](http://www.senado.leg.br/jovemseador).



Marcos Oliveira/Agência Senado

Paulo Davim, Fernando Cesar, Layane Rayelly, Doris Peixoto e Claudia Lyra

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Pronunciamentos de senadores

9h A sessão plenária não tem pauta de votações e será destinada a discursos dos senadores e comunicados da Mesa.

#### CRA Pesca e aquicultura

14h “Plano Safra da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca” é o tema do ciclo de debates na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Evento analisa incentivos à produção.

#### CPI DA MULHER Audiência no Amazonas

14h A comissão parlamentar de inquérito que investiga a violência contra a mulher faz audiência pública no Amazonas. Entre os convidados, três secretários do governo estadual.

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

#### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# CPI adia leitura do relatório para quarta-feira

Relator explica que ainda está dialogando com outros integrantes da comissão que investiga Cachoeira, mas evita falar sobre possíveis mudanças no texto que seria lido ontem

O RELATOR DA CPI do Cachoeira, deputado Odair Cunha (PT-MG), pediu ontem aos demais integrantes da comissão para ler o relatório na próxima semana. Ele disse ainda estar dialogando com outros parlamentares da CPI, o que sugere possibilidade de mudança no texto. O presidente da comissão, Vital do Rêgo (PMDB-PB), marcou a leitura para quarta-feira, dia 28. Cunha se recusou a falar sobre mudanças e limitou-se a dizer que “sempre é possível fazer aperfeiçoamentos”.

— Não jogarei fora o que escrevi. Pretendo continuar dialogando com o conjunto dos membros da comissão — afirmou o relator.

A leitura estava prevista para anteontem, mas integrantes da comissão protestaram, alegando que o texto, que tem mais de 5 mil páginas, deveria ter sido entregue com pelo menos 24 horas de antecedência, de acordo com o regimento.

Ainda assim, ontem houve novos protestos, pois alguns parlamentares defendem mais uma prorrogação dos trabalhos para que seja possível uma nova convocação do contraventor Carlinhos



Presidente da comissão, o senador Vital (C) marcou a leitura para o dia 28, depois que Cunha (D) pediu mais diálogo

Cachoeira, posto em liberdade depois de nove meses de prisão preventiva.

## Críticas e apoios

O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) discordou do adiamento e disse que Cunha está intranquilo e inseguro.

— O que ele vai fazer? Retirar o pedido de investigação contra o procurador-geral da República? Se o fizer, vai se desmoralizar. O relatório é incorrigível. A investigação foi pessoal, direcionada e restrita. Não se apresenta relatório com essa intranquilidade. Isso demonstra insegurança e falta de compromisso com

conteúdo — afirmou Sampaio. Randofe Rodrigues (PSOL-AP), por sua vez, concordou com o relator:

— Acho de bom tom o adiamento, visto que a leitura seria feita numa CPI esvaziada hoje — disse o senador, referindo-se ao número de parlamentares presentes à reunião.

O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) também apoiou o relator, dizendo ser boa a ideia de ler o documento somente na próxima semana.

— Isso é uma tentativa de ponderação sobre o conteúdo do próprio relatório. Se temos a chance de aprovar um texto que mais se aproxime do

pensamento médio, não acho que seja questão de insegurança — afirmou Miro.

Logo na abertura da reunião de ontem, ao dizer que precisaria dialogar mais com os pares, o relator afirmou que a intenção é apresentar um texto que espelhe o pensamento da maioria do colegiado.

## Pedido de vista

Também foi apresentado ontem um pedido de vista, que só poderá ser votado depois de encerrada a leitura. A apresentação do pedido já havia sido anunciada quarta-feira pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Parlamentares da oposição não têm poupado críticas ao relatório, que apontou a responsabilização do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB) e poupou o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT). Ontem, Marconi divulgou nota informando que vai processar Cunha por danos morais. Ele classificou o relatório de malfeito e inconsistente.

Outra grande divergência entre os parlamentares da CPI diz respeito ao pedido de Cunha para que o Conselho Nacional do Ministério Público investigue a suposta demora do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, em abrir investigação para apurar o elo de Cachoeira com políticos de Goiás. O pedido de indiciamento de cinco jornalistas também foi bastante criticado por parlamentares de vários partidos.

— Não pode constar da proposta do relator qualquer coisa relativa à Procuradoria-Geral da República, como se estivessemos aqui a tentar incriminar o procurador-geral. Em nenhum momento foi votado algo que se aproximasse de suspeita contra o procurador-geral — disse Miro.

## Randofe afirma que houve medo de investigar a Delta

Randofe Rodrigues lamentou a falta de investigações dos negócios da empreiteira Delta Construções, que, de acordo com a Polícia Federal, repassou quase R\$ 100 milhões a empresas de fachada ligadas ao esquema de Cachoeira.

— A CPI teve medo de avançar sobre os negócios da Delta. É insuficiente indiciar apenas o ex-presidente da empresa, Fernando Cavendish, por lavagem de dinheiro e corrupção ativa — afirmou o senador.

Para Randofe, a organização de Cachoeira é parte de um esquema maior: o da Delta.

— É uma movimentação

de pelo menos 13 “laranjas”. Movimentaram, só do que foi diagnosticado, quase meio bilhão de reais — ressaltou.

De acordo com o senador, faltou coragem para quebrar o sigilo dessas empresas e diagnosticar que elas financiaram campanhas eleitorais e tiveram como cúmplices agentes públicos e políticos.

Randofe se disse admirado com o relatório de Cunha, por pedir a investigação do procurador-geral da República. Para o senador, se não fosse a iniciativa de Gurgel, a CPI nem teria iniciado as investigações. Ele também se mostrou



Delta bancou campanhas, diz Randofe

indignado porque o relatório não pede investigação sobre os governos de Tocantins e do Rio de Janeiro. Randofe disse que o governador fluminense, Sérgio Cabral (PMDB), é amigo íntimo de Cavendish e que a Delta tem a maioria dos contratos daquele estado.

## Senadores reforçam críticas aos resultados da comissão

Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou a opinião de Randofe e disse que o relatório envergonha o Congresso.

— Acho que hoje foi um dos dias mais tristes do Senado. A rigor, colocamos no papel, assinamos, reconhecemos nossa falta de caráter, de compromisso, de dignidade, com a sociedade — disse Simon.

O senador também considerou “indigno do Senado” o pedido para que o Ministério Público investigue Gurgel.

— Não ter coragem de fazer e pedir à procuradoria para fazer aquilo que não queríamos fazer, estando na nossa mão, é piada — disse Simon.

Pedro Taques (PDT-MT) também concordou com as palavras de Randofe.

— A sociedade esperava resultados efetivos — disse.

Na mesma linha, Cristovam Buarque (PDT-PE) pediu um relatório paralelo.

— Dá vontade, quase, de cobrar de vocês que fizeram



Para Simon, ontem foi um dia triste

parte da CPI um relatório paralelo, um relatório para salvar a honra do Senado e da Câmara, para salvar a honra do Congresso — afirmou.

## MP recebe representação para aprofundar investigações

Um grupo de parlamentares da CPI protocolou ontem representação na Procuradoria-Geral da República pedindo que o Ministério Público investigue possíveis irregularidades não examinadas pela comissão.

Os senadores Randofe, Taques e Simon, com os deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e Onyx Lorenzoni (DEM-RS), foram recebidos pelo procurador-geral, Roberto Gurgel.

— O conjunto da obra tem como alvo o investigador, não o crime. A instituição que iniciou o procedimento investigatório, a Procuradoria-Geral da República, entra no relatório como agente a ser investigado! Como alvo entra também a imprensa — afirmou Randofe.

O documento, de quase 90 páginas, inclui pedidos para que o MP desvende detalhes da relação do dono da Delta, Fernando Cavendish, com os governadores do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; do

Tocantins, Siqueira Campos, e do Distrito Federal, Agnelo Queiroz. Também pede a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico de 15 empresas consideradas fantasmas que teriam recebido dinheiro da Delta.

— Sempre há espaço para investigação. Como o Congresso se omitiu da sua obrigação constitucional, o MP poderá aprofundar a análise dos crimes cometidos não só

no âmbito do Centro-Oeste, mas em todo o Brasil — afirmou Taques.

Simon disse que o relatório é “de mentirinha”. Ele considera que o país

vive um momento histórico, com o exemplo do julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal, mas o Congresso não acompanha esses novos tempos:

O procurador-geral da República disse que as informações contidas na representação deverão auxiliar o Ministério Público Federal em novas frentes de investigação.

**Documento sugere investigação sobre relação de Cachoeira com Cabral e Agnelo**

## Humberto pede reflexão sobre homofobia no país



Pedro Franca/Agência Senado

Humberto Costa (PT-PE) lamentou ontem a morte do jornalista goiano Lucas Fortuna, de 28 anos, ocor-

rida no domingo. Ativista dos direitos dos homossexuais e presidente do PT em Santo Antônio de Goiás, Fortuna foi encontrado morto na praia de Calhetas, no Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Suspeita-se que o crime tenha sido motivado por homofobia.

— Este caso reacende um debate muito importante em Pernambuco e no país: o da discriminação, especificamente o da violência contra a população formada por gays, lésbicas, bissexuais e transexuais — disse o senador, em Plenário.

Segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Brasil registrou mais de 278 assassinatos por homofobia no ano passado.

Humberto disse que o governo está se empenhando no combate ao problema. Citou iniciativas como a criação dos comitês estaduais de enfrentamento à homofobia, que estão sendo instalados em todo o país, e a campanha Brasil sem Homofobia.

## Lopes quer cautela na votação do novo Código Penal



Moreira Matiz/Agência Senado

Eduardo Lopes (PRB-RJ) disse em pronunciamento na quarta-feira que os parlamentares

precisam ter cautela e atenção durante os debates e a votação do novo Código Penal.

O senador está preocupado com temas polêmicos do texto (PLS 236/12), como a redução da idade mínima para compra de bebidas alcoólicas e a tolerância para porte e consumo de drogas.

No caso da criminalização de manifestações contra a homossexualidade, o senador avalia que isso pode impedir a liberdade religiosa de determinadas pessoas. Lopes disse concordar com a punição de manifestações discriminatórias, mas ponderou que a manifestação religiosa deve ser protegida. Ele informou ter apresentado emenda ao projeto para impedir a punição da “liberdade de crença”.



Sérgio Souza participa da sessão na Comissão de Serviços de Infraestrutura que aprovou a proposta para voos no Brasil

# Prioridade em assentos de avião chega à votação final

Passageiros com mais de 60 anos, com mobilidade reduzida, grávidas, lactantes, acompanhantes de crianças e as próprias crianças terão preferência nos bancos da frente das aeronaves, segundo projeto

OS ASSENTOS NAS primeiras fileiras de aviões deverão ser ocupados prioritariamente por passageiros com mais de 60 anos ou com mobilidade reduzida, pessoas com deficiência, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas de crianças ou as próprias crianças desacompanhadas. É o que prevê projeto (PLS 259/12) de Gim Argello (PTB-DF), aprovado ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI) e que segue para votação final na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Pelo texto, será do passageiro a responsabilidade de informar

as condições de exercer o benefício. A medida se aplica a voos domésticos e internacionais com origem no Brasil.

Apesar de a medida já estar prevista em portaria do Comando da Aeronáutica, o relator, José Pimentel (PT-CE), considera importante que o assunto seja tratado em lei. O relatório foi lido por Humberto Costa (PT-PE).

No texto inicial, apenas pessoas com mais de 65 anos e doentes seriam beneficiados pela medida. Mas emenda de Pimentel reduziu a idade para 60 anos, com o objetivo

de seguir o Estatuto do Idoso. Também por emenda, Pimentel incluiu “pessoas com mobilidade reduzida” em substituição a “pessoas doentes” da proposta inicial.

Na avaliação do relator, não é o fato de a pessoa estar doente que exige assentos preferenciais, já que existem doenças que não demandam assento mais à frente. A prioridade de assento, ressaltou Pimentel no texto, deve ser destinada a pessoas com dificuldade de locomoção ou que precisam de atenção especial dos comissários de bordo.

## Souza: Brasil tem pouca competitividade internacional

Sérgio Souza (PMDB-PR) afirmou que o Brasil não está conseguindo acompanhar o nível de competitividade de outros países emergentes, como China e Índia, no mercado mundial.

Na avaliação do senador, o Brasil precisa resolver três grandes questões para poder deslançar no mercado internacional: diminuir a burocracia e a corrupção, reduzir a carga tributária e aperfeiçoar o transporte de cargas.

— Se não acordarmos, não vamos nos tornar competitivos o suficiente para competir com países como a China, como os tigres asiáticos.

Souza também chamou a atenção para o ainda alto preço da energia elétrica no país, o que aumenta os custos da indústria e do agronegócio.

## Senado discutirá ameaça de paralisação do setor aéreo

A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil realizará uma audiência pública para discutir as ameaças de paralisação do setor aeroviário neste fim de ano. Requerimento com essa finalidade, do senador João Costa (PPL-TO), foi aprovado ontem pela comissão.

A proposta para o debate, argumentou o senador, deve-se aos problemas gerados para os passageiros e para a segurança da aviação civil em 2010 e 2011, em decorrência do descontentamento da categoria.

Para discutir o assunto, serão convidados representantes da Secretaria de Aviação Civil, do Ministério Público do Trabalho e dos sindicatos envolvidos. A data do debate ainda será marcada.

## Começa a tramitar MP sobre veículos de carga

A medida provisória (MP) que permite a dedução no Imposto de Renda da depreciação acelerada de locomotivas, vagões e veículos de transporte de mercadorias novos começará a tramitar no Congresso.

Relatório do deputado João Magalhães (PMDB-MG) foi aprovado na quarta-feira pela comissão mista encarregada de fazer a análise prévia da MP. O texto passará pela Câmara e, depois, pelo Senado.

O primeiro vice-líder do PSDB na Câmara, deputado

Cesar Colnago (ES), que votou contra a MP, disse que a proposta do governo precisaria ser discutida à exaustão, visto que passou a contar com 36 itens, no lugar dos dois artigos originais. Ele criticou, por exemplo, a criação de 8.240 cargos efetivos e de confiança em órgãos do governo.

O objetivo que motivou a edição da MP é permitir que as empresas que comprarem veículos de transporte de mercadorias entre 1º de setembro e 31 de dezembro de 2012

tenham direito à depreciação acelerada. O cálculo deverá ser feito pela aplicação da taxa de depreciação usualmente admitida multiplicada por três, sem prejuízo da depreciação contábil. O total da depreciação acumulada, incluindo a contábil e a acelerada incentivada, não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem.

A medida também se aplica à aquisição de veículos para manobra de vagões e daqueles que fornecem água e combustível para locomotivas a vapor.

## Verba em defesa da mulher pode ficar livre de bloqueio

O governo federal pode ser impedido de suspender o repasse para estados e municípios de dinheiro reservado para ações de enfrentamento à violência contra a mulher. É o que prevê projeto da senadora licenciada Marta Suplicy (PT-SP) aprovado quarta-feira na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O texto (PLS 113/12) sugere mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal: recursos para ações de combate à violência contra a mulher entrarão na lista das transferências voluntárias que não podem ser suspensas, como ocorre com ações de saúde, educação e assistência social. A relatora, Ângela Portela (PT-RR), apresentou parecer favorável ao projeto, que segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Marta disse ser importante a inclusão das ações de combate à violência contra a mulher como “política de Estado”. O governo recorre ao bloqueio quando a arrecadação é insuficiente para cobrir despesas, já que não pode faltar dinheiro para pagamento de juros da dívida.

## Ana Rita cobra seriedade em defesa da mulher

Ana Rita (PT-ES) disse ontem que o Brasil vive uma epidemia de violência contra a mulher.



Waldemir Barrero/Agência Senado

— Nos últimos dez anos, mais de 47 mil mulheres foram assassinadas. Só em 2011, foram registradas acima de 70 mil notificações de violência doméstica e sexual no sistema de saúde.

A senadora lembrou que o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, assinado por todos os estados, ainda não conseguiu fazer com que se dirijam recursos para a solução desse problema.

— Ou os estados se comprometem seriamente com o enfrentamento à violência contra mulheres ou serão cúmplices dos crimes, pela omissão — ressaltou.

Ana Rita citou o homicídio de Eliza Samudio, ocorrido em 2010, como um exemplo de brutalidade no que se refere ao respeito às mulheres. Ela lamentou que o julgamento do ex-goleiro Bruno tenha sido transferido para 2013.

Participantes de audiência na CDH defendem as leis trabalhistas e criticam duramente proposta de mudança entregue ao Executivo pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

# Entidades repudiam acordo coletivo como base das relações trabalhistas

ENTIDADES QUE PARTICIPARAM de audiência no Senado defenderam a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e discordaram do anteprojeto de lei proposto pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que estabelece o acordo coletivo como base das relações trabalhistas. O debate foi realizado ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O anteprojeto, entregue ao governo federal em novembro de 2011, está, de acordo com os participantes da audiência pública, sob análise da Secretaria-Geral da Presidência da República. Para o representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Marcelo Gonçalves Campos, a proposta do sindicato é “a pior ameaça já vivida na história do movimento trabalhista brasileiro”.

O documento, chamado de *Acordo Coletivo de Trabalho*

*com Propósito Específico*, propõe que um determinado sindicato profissional, habilitado pelo Ministério do Trabalho, e uma empresa do setor econômico correspondente possam estipular, com segurança jurídica, condições próprias de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa específica e às respectivas relações.

Para tanto, os sindicatos deverão ter representatividade comprovada, e a empresa, reconhecimento da representação sindical no local de trabalho e comprovação da não existência de práticas antissindicais. O instrumento, explica o sindicato em cartilha sobre o projeto, “dará efetividade aos direitos já previstos em lei, sem, no entanto, se chocar com a legislação existente”.

Campos disse que o projeto ameaça a autonomia do movimento sindical e, em última análise, abre uma brecha para o controle do

movimento sindical pelo Estado.

— Quem filiar os trabalhadores ao sindicato vai acabar sendo o dono da empresa, na medida em que os sindicatos precisarão de um percentual mínimo de sindicalizados para que os acordos sejam celebrados. Além disso, o controle dos sindicatos vai ser feito pelo Ministério do Trabalho, que vai conceder o registro para funcionamento. Ou seja, só vão poder negociar os sindicatos legitimados — disse.

## Lideranças

Para João Pedro Ferraz dos Passos, ex-procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, a proposta do sindicato do ABC pulveriza as lideranças sindicais, colocando-as à disposição do empregador.

— A negociação coletiva deve ser estimulada, sim, mas o patamar mínimo tem que ser sempre a CLT. Esse ante-

projeto tem que morrer já no nascedouro — alertou.

O presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas de Oliveira, observou que a CLT não impede a negociação coletiva; ao contrário, a estimula, ao estabelecer as convenções coletivas anuais.

— Já o acordo coletivo especial abre espaço para rasgar a CLT e jogá-la na lata do lixo — sentenciou.

Vivaldo Barbosa, advogado trabalhista e professor de Direito, disse que, ao pretender que o acordo prevaleça sobre a lei, o anteprojeto quer “inverter a história da legislação trabalhista”.

— O trabalhador é um ser universal. Ao trazer a discussão para dentro da empresa, a proposta do sindicato lhe retira esse caráter político. Há o propósito ideológico nítido de atender ao vendaval neoliberal — afirmou.

Joilson Antonio Cardoso, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), criticou a “supremacia do negociado sobre o direito conquistado” e o pensamento segundo o qual o que trava o desenvolvimento do país é a legislação trabalhista.

— O desenvolvimento brasileiro precisa comportar a centralidade do mundo do trabalho — afirmou.

João Costa (PPL-TO) disse que “o Brasil precisa crescer e se desenvolver, mas respeitando os direitos trabalhistas”.

## Anteprojeto partiu de experiências de sindicatos paulistas

O anteprojeto do acordo coletivo de trabalho foi elaborado a partir da experiência de sindicatos de Taubaté (SP), Sorocaba (SP) e Salto (SP), e contou com a contribuição de magistrados, empresários, estudantes, advogados, economistas, ministros, parlamentares, trabalhadores de diferentes categorias, dirigentes e centrais sindicais, segundo o site do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

A entidade aponta, entre as conquistas da classe trabalhadora mundial, o nascimento, no século 20, de “relações mais avançadas de convivência entre trabalhadores e empresas, com base na negociação coletiva”.

A CLT é apresentada em cartilha no site do sindicato como uma “faca de dois gumes”, que “valeu como passo importante para proteger direitos individuais dos trabalhadores, mas limitou seus direitos coletivos”.

Após 70 anos, prossegue, “está cada vez mais consolidada a ideia de que o Brasil não pode mais prescindir de uma legislação que sustente e promova a negociação coletiva para atender e dar soluções, com segurança jurídica, a demandas e conflitos específicos entre empresa e trabalhadores. A regulação atual não dá conta dessa especificidade por ter um caráter uniforme e geral”.



Joilson Antonio Cardoso (E), Ubiraci Dantas de Oliveira, Paulo Paim, João Pedro Ferraz dos Passos e Vivaldo Barbosa

## Laudo que ateste deficiência permanente poderá ter validade indeterminada

A CDH aprovou projeto que tem por finalidade garantir validade indeterminada a laudo pericial que ateste deficiência permanente. A previsão será válida para fins de recebimento de benefícios assistenciais e ou previdenciários na esfera federal, nos termos do substitutivo acolhido no lugar da proposta original.

Ao justificar o projeto (PLS 251/12), Gim Argello (PTB-DF) diz que a intenção é evitar às pessoas com deficiência o transtorno de comparecer a perícias apenas para renovar laudos que atestem a permanência na mesma condição.

Entre outras alterações, o relator, Paulo Paim (PT-RS), retirou a extensão para os estados e os municípios do efeito da norma proposta, por considerar que isso feria a autonomia federativa.

A matéria seguirá agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa.

## Municípios podem ter que adaptar transporte coletivo a necessidades especiais

A União deverá interromper as transferências de recursos e o apoio institucional aos municípios que não exigirem das empresas de transporte coletivo o cumprimento das normas para adaptação de veículos para uso de pessoas com deficiência. A medida é prevista em projeto (PLS 147/12) aprovado pela CDH.

O texto, apresentado por Ana Rita (PT-ES), também torna obrigatório o cumprimento dos critérios do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) para a adaptação dos veículos. De acordo com a senadora, as duas medidas podem contribuir para o efetivo cumprimento dos requisitos para adaptação, já que hoje as demandas das pessoas com deficiência não são atendidas.

O projeto recebeu relatório favorável de Paulo Paim. Agora seguirá para análise em decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## Prazo para julgamento de ações envolvendo idoso ou pessoa com doença grave

Projeto aprovado pela CDH fixa prazo para julgamento de processos judiciais em que uma das partes seja pessoa maior de 60 anos ou portadora de doença grave. O objetivo é garantir efetividade à prioridade de julgamento que a legislação já prevê para esses grupos.

Apresentado por João Alberto Souza (PMDB-MA), o PLS 590/11 impõe prazo de dois anos, a partir do ajuizamento da ação, para a expedição da sentença pelos juízes de primeiro grau. Nas instâncias recursais, o tempo limite para julgamento será de três meses. O projeto ainda inclui dispositivo para determinar a suspensão de pauta para qualquer outra ação ou recurso em tramitação, se os prazos para os prioritários já tiverem vencidos. O relator, Paulo Davim (PV-RN), sugeriu emendas destinadas ao aperfeiçoamento do texto, que agora vai à CCJ, para decisão terminativa.

## Projeto isenta pobres de taxas de inscrição em vestibulares e concursos

A isenção de taxas para pobres que se inscreverem em concursos públicos e vestibulares em instituições federais foi outro projeto aprovado pela CDH na quarta-feira. O texto acolhido foi o substitutivo do relator, Paulo Paim (PT-RS), a projeto (PLS 219/12) de Mário Couto (PSDB-PA).

A inscrição gratuita dos candidatos pobres deverá ser assegurada aos que tiverem renda familiar mensal per capita de até um salário mínimo. A matéria ainda deve passar pelo exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e depois, em decisão terminativa, pela CCJ.

Couto sugeriu as mudanças por meio de uma norma autônoma, sem levar em conta que já existem leis com afinidade com o tema já em vigor, observou Paim. O substitutivo fixa a isenção no texto da lei que define o regime jurídico dos servidores públicos federais (Lei 8.112/90) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

# Comissão aprova política de incentivos financeiros à irrigação

Projeto, que substitui lei de 1979, beneficia agricultor ao dar descontos nas contas de energia e facilitar concessão de empréstimos

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem o projeto de lei que institui a nova Política Nacional de Irrigação. Agora, a proposta será examinada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O projeto de lei (PLS 229/95) foi proposto há 17 anos pela Comissão Especial para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco, criada no Senado para discutir políticas, programas e estratégias para o desenvolvimento da região — pobre — que margeia o Rio São Francisco na divisa entre os estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

O texto aprovado ontem é um substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de 1995. Ele garante a concessão de incentivos financeiros para a ampliação da área irrigada no Brasil e o aumento da produtividade agrícola.

## Tarifa elétrica

Entre esses incentivos, estão os descontos nas tarifas de energia elétrica de atividades de irrigação.



Viveiro irrigado na Embrapa Cerrados, em Brasília: relator na CI, Sérgio Souza considera potencial pouquíssimo explorado

Conforme a proposta aprovada na comissão, serão concedidos incentivos fiscais a projetos de irrigação públicos privados que sejam sustentáveis e estejam em conformidade com os planos de recursos hídricos. Esses incentivos serão destinados prioritariamente às localidades mais pobres.

Ainda de acordo com o projeto de lei, os produtores rurais que pratiquem agricultura irrigada serão privilegiados no acesso a

crédito rural para compra de equipamentos de irrigação e também para contratação de seguro rural.

A Política Nacional de Irrigação descrita no projeto de lei substituiria a atual, que foi instituída em 1979.

## Potencial

Em seu relatório na Comissão de Serviços de Infraestrutura, o senador Sérgio Souza (PMDB-PR) citou dados produzidos pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Entre 1960 e 2006, a área irrigada no Brasil aumentou de 450 mil hectares para 4,45 milhões de hectares. A área potencialmente irrigável do país, porém, é de 29,5 milhões de hectares.

— Esses dados demonstram o enorme e ainda pouquíssimo explorado potencial da irrigação para o aumento da produtividade da agropecuária nacional — argumentou o senador em seu relatório, defendendo a aprovação do projeto de lei na CI.

## Comissão mista analisa MP com auxílio a agricultor

Foi instalada ontem a comissão mista que analisará a Medida Provisória 587/12, que autoriza para a safra 2011—

2012 o pagamento de R\$ 280 extras por família aos agricultores familiares que aderiram ao Fundo Garantia-Safra e

tiveram perda de safra em razão de estiagem.

Por aclamação, foram eleitos como presidente e vice

da comissão o senador Cyro Miranda (PSDB-GO) e o deputado Afonso Florence (PT-BA), respectivamente. O deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE) foi eleito relator. O senador Jayme Campos (DEM-MT), relator-revisor.

A MP autoriza excepcionalmente a ampliação do valor do auxílio emergencial financeiro no valor de até R\$ 160 por família para desastres ocorridos em 2012 e estabelece que, para a safra 2012—2013, a adesão dos agricultores ao Fundo Garantia-Safra não será condicionada ao início do plantio.

O Poder Executivo afirma que a medida viabiliza um atendimento imediato da população atingida pela seca.



Os senadores Cyro Miranda, Benedito de Lira e José Pimentel na instalação da comissão mista que analisará a MP 587/12

## Cenário mundial favorece agronegócio do Brasil, diz Moka

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) relatou um debate promovido pela Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul sobre as perspectivas do agronegócio brasileiro, ressaltando que o setor apresenta índice de crescimento acima da média da economia nacional e elevado potencial de expansão no mercado internacional.

De acordo com o senador, nas últimas décadas a produção do agronegócio brasileiro cresceu 230% para um aumento de 34% da área cultivada.

— É um índice muito importante, principalmente para aqueles que nos acusam de estar depredando o meio ambiente. Na verdade, é exatamente o contrário: cada vez produzimos mais numa área mais restrita — afirmou.

## EUA e China

Moka fez referência à palestra proferida no evento pelo professor José Roberto Mendonça de Barros, que apontou o crescimento da China em “patamares satisfatórios” e a perspectiva de reaquecimento da economia dos Estados Unidos como sinais positivos para a produção de alimentos no Brasil.

O senador afirmou que Mato Grosso do Sul tem grande capacidade de expansão no setor agropecuário, mas apontou “gargalos” no estado e no resto do país que restringem o desenvolvimento.



Moka: agronegócio cresce acima da média da economia nacional

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Em audiência no Senado, usinas de álcool e produtores de cana cobraram política permanente que reverta quedas na produção de etanol e aumente participação nos postos de combustível

## Indústria do etanol diz que governo privilegia gasolina

REPRESENTANTES DAS USINAS sucroalcooleiras e dos produtores de cana-de-açúcar cobraram do governo uma política permanente para o etanol, capaz de reverter as quedas na produção e ampliar a participação do combustível na matriz energética brasileira.

Ao lado de um marco regulatório que dê confiança aos investidores, os representantes do setor defenderam a adoção imediata do aumento da cota de álcool anidro na gasolina, de 20% para 25%, a desoneração sobre a produção de etanol e medidas de apoio aos agricultores, para recuperação da produtividade das lavouras.

Os debates ocorreram ontem, numa audiência pública organizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Antonio de Padua Rodrigues, presidente interino da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), contou que a expansão de etanol verificada a partir de 2000 foi interrompida em 2008 e que, desde então, o mercado está em retração.

Como resultado, disse, 41 usinas já fecharam e a sexta parte das que estão em operação acumulam dívidas que

equivalem ao faturamento bruto delas. Ele reclama que o apoio governamental à gasolina, com redução de tributos, não chega ao setor sucroalcooleiro.

O representante do Ministério de Minas e Energia, Ricardo de Gusmão Dornelles, negou a existência de desequilíbrio nos incentivos e afirmou que há desoneração de impostos regulatórios também sobre os biocombustíveis.

Quanto à incidência de PIS-Cofins, Dornelles disse que, não sendo regulatórios, continuam onerando o etanol.

— No entanto, o governo avalia a possibilidade de também reduzir PIS-Cofins, sem afetar a estabilidade fiscal e monetária do país — informou.

### PIB

Benedito de Lira (PP-AL) pediu ao governo que dê ao setor os mesmos incentivos dados às indústrias automobilística e de eletrodomésticos.

Os incentivos se justificam, na opinião do presidente da comissão, Acir Gurgacz (PDT-RO), já que o setor é responsável por 2% do PIB nacional.

Ao comentar afirmação de que a queda de volume de

etanol foi decorrente da migração das usinas para a produção de açúcar, por causa do melhor preço desse produto, Rodrigues disse ter sido essa flexibilidade que evitou o agravamento das perdas com o etanol. No entanto, ele avalia que a queda do preço do açúcar nos últimos dois anos comprometerá ainda mais a rentabilidade da indústria e dos agricultores.

Mesmo considerando lícito que empresas visem ao produto com melhor preço, o representante do Ministério de Minas e Energia disse que a participação no mercado de energia exige maior comprometimento que o do mercado de commodities agrícolas.

— Não se pode reduzir a produção [de etanol] em um momento para resolver problema de rentabilidade — disse.

Rodrigues afirmou que, havendo política que recupere e preserve a rentabilidade do setor, haverá contrapartida:

— Se o governo sinalizar com uma política que beneficie os que se comprometerem com o etanol hidratado, o setor está preparado para assumir o compromisso do mandato de produção de etanol.



Ricardo Ferraço (3º à dir.) coordena audiência na Comissão de Educação

## Proposta protege sítios arqueológicos submarinos

Audiência realizada ontem no Senado evidenciou divergências sobre o projeto que amplia a proteção ao patrimônio cultural subaquático.

Enquanto alguns convidados defenderam a proposta (PLC 45/08), outros consideraram o texto “inservível”.

A audiência foi organizada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a pedido da relatora, Ana Amélia (PP-RS).

A discussão foi permeada por referências à Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático, da Unesco, de 2001, apontada como inspiração do projeto da deputada Nice Lobão (PSD-MA). Ainda sem a adesão do Brasil, a convenção foi adotada em resposta ao aumento de escavações ilegais e pilhagem de patrimônio no fundo do mar, conforme Patrícia Reis da Silva, da Unesco.

— Hoje há mais de 3 milhões de navios naufragados e não localizados, além de cidades inteiras que foram engolidas pelas ondas. São bens de grande interesse científico e cultural que precisam ser protegidos. A exploração acarreta a perda irreversível de materiais de valor inestimável.

A convenção define que a preservação do patrimônio na atual localização no fundo do mar deve ser priorizada. A pesca e a exploração de petróleo poderiam ser limitadas em

caso de risco a sítio arqueológico submerso.

O texto veda a exploração do patrimônio subaquático, permitindo resgate de tesouros de forma controlada. Hoje, a exploração de achados no fundo do mar pode ser autorizada, rendendo ao empreendedor ganhos de até 40% do valor dos bens encontrados.

### Prejudicial

O engenheiro de pesca Estevão Campelo ironizou dizendo que o tema em debate parecia ser a convenção da Unesco, não o projeto da Câmara, a seu ver inconstitucional, ilegal e prejudicial ao país. Tanto assim que, como disse, o governo optou por não aderir ao acordo.

Campelo destacou as dificuldades que podem ser criadas para a atividade pesqueira. Segundo ele, as redes de arrastos podem afetar a integridade de sítios arqueológicos. Sem o uso delas, disse que a pesca se inviabiliza, “a pretexto de proteger bens culturais em locais não sabidos”.

— Talvez no mundo ideal dos sonhos essa convenção se aplique.

Henrique Mourão, coordenador da Escola Superior de Advocacia da OAB-MG, disse que o Brasil não precisa adotar uma lei baseada numa convenção que o país nem sequer subscreveu.



Entre representantes do setor de açúcar e álcool, senador Acir Gurgacz (C) coordena audiência da Comissão de Agricultura

## Produtores de cana-de-açúcar pedem ajuda

Na visão do presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas (Sindaçúcar-AL), Pedro Robério Nogueira, os mais prejudicados hoje são os produtores que têm a atividade como principal fonte de renda. Eles respondem por 60% da produção nacional. Conforme explicou, os demais 40% são provenientes de grandes grupos econômicos, para os quais a cana é uma atividade secundária.

— Esses grupos [os 40%] têm melhor condição de suporte. A solução tem que ser dirigida ao produtor genuíno de cana, que representa 60% da produção

nacional. Em Alagoas e no Nordeste, representa 100% da cana produzida — afirmou Nogueira.

No mesmo sentido, Maria Christina Pacheco, vice-presidente da Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil, defendeu investimentos para a recuperação da produtividade das lavouras, afetadas por problemas climáticos, doenças e falta de recursos para melhoria dos solos após as colheitas.

Para o setor, a definição de um marco regulatório e a adoção de políticas de longo prazo dariam confiança aos investidores, aos usineiros e

aos produtores, que precisam dessa sinalização legal para assumir novos investimentos.

— Está na hora de o governo dar previsibilidade ao mercado e entender que etanol e gasolina não são concorrentes, mas complementares — disse Luiz Custódio Cotta Martins, coordenador do Fórum Nacional Sucroenergético.

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) lembrou que tramita na Comissão de Agricultura um projeto, relatado por ele, que estabelece a Política Nacional para os Biocombustíveis (PLS 219/10), cuja aprovação beneficiará a produção de etanol.

## Alvo de críticas, projeto é apoiado pela Marinha

Depois de destacar a importância estratégica das águas territoriais marítimas, o capitão de mar e guerra Flávio Haruo Mathuy disse que a Marinha é favorável ao projeto. Ele concorda, inclusive, que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) se ocupe da destinação dos bens culturais e arqueológicos submersos.

Mathuy disse que a Marinha não recomendou a adesão à convenção da Unesco basicamente pelo fato de o texto não ser claro sobre a quem pertenceria os bens

encontrados no fundo do mar — o que afetaria a soberania do Brasil. Ele lembrou que as águas do país foram rota histórica de navegação internacional, onde muitos navios naufragaram. Para a Marinha, os bens que aí venham a ser encontrados são do Brasil.

Para Fernando Fernandes da Silva, professor de Direito Internacional da Universidade Católica de Santos, o projeto mostra a importância da questão da proteção de bens submersos. Porém, considerou que é necessária a inclusão de sanções para as infrações.

# Economia do Brasil volta a acelerar, diz presidente do BC

No Congresso, Alexandre Tombini afirmou que país deverá ter crescimento de 4% tanto neste 2º semestre quanto em 2013, acima do índice registrado no 1º semestre

DEPOIS DE CRESCER apenas 0,5% e 1,6% no primeiro e no segundo trimestre deste ano, o Brasil dá sinais de que apresentará um ritmo econômico mais intenso neste segundo semestre e em 2013.

A avaliação foi feita pelo presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, em prestação de contas a deputados e senadores sobre as políticas monetária, creditícia e cambial.

A previsão do mercado, citada pelo presidente do Banco Central com base na pesquisa Focus de 16 de novembro, é de um crescimento de 4% tanto neste segundo semestre quanto em 2013.

A estimativa está sustentada pelas safras recordes de grãos previstas para 2012 e 2013, pela expansão do setor de serviços e pela presença de fatores de sustentação da demanda nacional, como emprego, renda e crédito.

A indústria, acrescentou, dá “sinais moderados” de crescimento. Na avaliação de Tombini, também contribui para esse resultado um conjunto de

estímulos introduzidos na economia desde agosto de 2011, como redução da taxa básica de juros, melhoria da liquidez do sistema financeiro, condições mais favoráveis de financiamento para famílias e empresas e incentivos fiscais a determinados setores econômicos.

## Inflação

O presidente do Banco Central disse também que a inflação está sob controle, convergindo para o centro da meta de 4,5%. De acordo com ele, vários fatores contribuem para o declínio dos índices de inflação, como a queda dos preços agrícolas no atacado e o ritmo moderado no crescimento dos salários.

O cenário brasileiro, conforme declarou o presidente do Banco Central, diverge da previsão para a economia internacional, que tem perspectiva de baixo crescimento. Para o próximo ano, a estimativa é de uma taxa de crescimento mundial de 2,2%



O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini (C), fala no Congresso sobre política econômica

## Salário mínimo maior em 2013

O relator-geral do Orçamento para 2013, Romero Jucá (PMDB-RR), estima que os gastos com benefícios previdenciários e assistenciais aumentarão em cerca de R\$ 1,3 bilhão devido à nova projeção de inflação. Ele fez a avaliação após o Ministério do Planejamento enviar ao Congresso a atualização da previsão para a inflação de 2012: de 5% para 5,63%, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A atualização da inflação provocará um aumento no salário mínimo previsto para valer a partir do início do ano que

vem, de R\$ 670,95 para R\$ 674,95. Esse acréscimo tem impacto sobre vários outros gastos, já que há muitos benefícios, como aposentadorias e pensões, são vinculados ao salário mínimo.

— Farei o ajuste por meio da emenda de relator, no momento oportuno — disse Jucá, assegurando que o aumento de gastos não afetará as emendas parlamentares ao Orçamento (que devem ser apresentadas até quinta-feira). Ele ressaltou que os recursos destinados às emendas já estão garantidos no parecer preliminar aprovado terça-feira.

## Ana Amélia: Copa com obra atrasada

Ana Amélia (PP-RS) lamentou o atraso nas obras de mobilidade urbana para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo a serem realizadas no país em 2013 e 2014. Segundo ela, os planos para melhorar a infraestrutura dos centros urbanos estão comprometidos.

A senadora citou dados do Tribunal de Contas da União mostrando que, dos R\$ 9,5 bilhões previstos, apenas R\$ 522



milhões foram desembolsados pela Caixa, responsável pelo financiamento aos municípios. Ela avalia que, mesmo com a grande necessidade de investimentos, poucos recursos foram realmente repassados.

Os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para a senadora, apesar de terem crescido em relação a 2011, também não ocorreram em velocidade suficiente.

## Voto de aplauso à paz na Faixa de Gaza

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou voto de aplauso à trégua entre Israel e o Movimento de Resistência Islâmica, na Faixa de Gaza, na Palestina. Apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP), o voto parabeniza o líder político do Hamas, Khaled Meshaal, e o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e resalta o papel exercido na negociação pelo presidente egípcio Mohamed Mursi. Por sugestão de Cristovam Buarque (PDT-DF), exalta ainda o esforço pela paz promovido pela secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton.

“Fazemos votos de que o cessar-fogo facilite negociações consequentes entre as forças em conflito,

com o objetivo de construir uma paz duradoura, baseada na constituição de um Estado palestino soberano, economicamente viável e geograficamente coeso, conforme previsto na Resolução da Assembleia das Nações Unidas 181, de 1947”, diz o texto.

Os integrantes da comissão enviam ainda “sentidas condolências aos familiares das vítimas da recente ofensiva militar, especialmente àqueles que perderam suas crianças inocentes”. O voto de aplauso segue agora para o Plenário.

Em pronunciamento, Suplicy comemorou a aprovação e também saudou o novo secretário de Segurança Pública de São Paulo, Fernando Grella Vieira.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Cristovam entre Gustavo Nogueira (E), indicado para o Malawi, e Uchôa Ribeiro Filho, para o Congo

## Comissão aprova embaixadores para África

O Brasil pretende ampliar a cooperação técnica e os investimentos no Malawi e na República Democrática do Congo, anunciaram em sabatina na CRE os indicados para embaixadores nesses países africanos muito pobres.

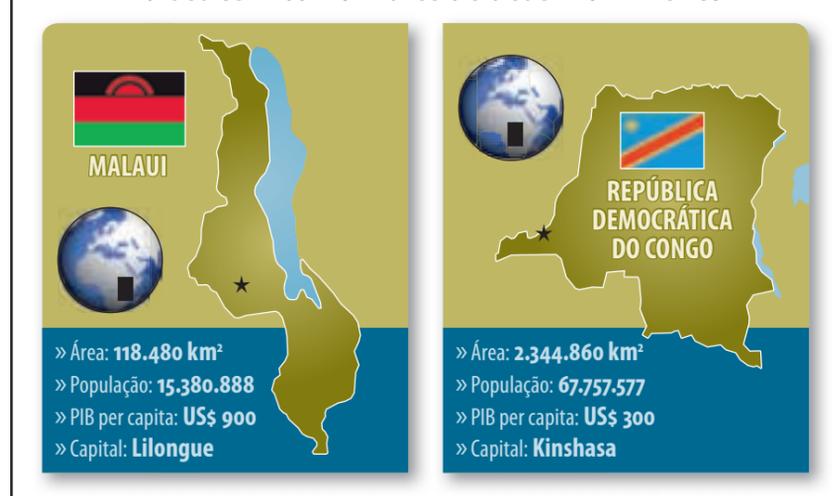
Os nomes de Gustavo Martins Nogueira, para a embaixada brasileira em Lilongue, e de Paulo Uchôa Ribeiro Filho, para o Congo, receberam parecer favorável da comissão e serão analisados agora pelo Plenário. Cristovam Buarque (PDT-DF), que presidiu a reunião, defendeu a ampliação da presença brasileira no mundo.

— Grandes países têm que estar presentes em todos os lugares — disse.

Nogueira informou que o Malawi tem renda per capita equivalente a US\$ 350 e o 171º Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo, e que o Brasil pode ajudar o país a diversificar as exportações, atualmente compostas principalmente pelo fumo.

O Congo — com renda per capita de US\$ 185 e o 187º IDH do planeta — começa também a atrair empresários brasileiros, segundo Ribeiro Filho. Segundo o diplomata, a Petrobras e a Vale já começaram a desenvolver atividades de prospecção no Congo — que tem um dos maiores potenciais minerais do mundo — estimadas, como informou, em US\$ 35 trilhões.

### Países têm baixo índice de desenvolvimento



Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

## Acordo previdenciário com Portugal

A Comissão de Relações Exteriores aprovou o projeto que altera o Acordo de Seguridade Social firmado em 2006 por Brasil e Portugal (PDS 523/12).

Segundo o relator, Cidinho Santos (PR-MT), o objetivo do acordo adicional aprovado é “ampliar o universo dos trabalhadores com direito à

proteção do sistema de previdência local, estendendo suas disposições aos regimes próprios de previdência, que servem, principalmente no Brasil, aos trabalhadores do setor público”.

— O entendimento valoriza as especiais relações de amizade entre o Brasil e Portugal — afirma Cidinho.